

15/03/2004

[Entrevista]

Usos e abusos da Antiguidade

Antonio Durán Jr.

Glaydson José da Silva comenta nesta entrevista um pouco sobre o seu trabalho, entender como a antiguidade clássica foi usada na França durante a ocupação alemã.

Historiador Eletrônico - De onde veio o interesse pelo tema de sua pesquisa?

Glaydson José da Silva - A resposta a essa pergunta se insere em um universo de interesses mais amplo. Sempre gostei muito de História Antiga. Já no início de minha graduação, com as empolgantes aulas sobre Roma Antiga que tive com Margarida Carvalho, apaixonei-me mais ainda por esse domínio. Direcionei meus trabalhos de iniciação científica nessa área e, bem cedo tive que dar conta de algumas questões bem comuns, que freqüentemente me eram feitas, por amigos, colegas e, pasme, até mesmo por professores. Por que estudar História Antiga? Por que estudar História Antiga no Brasil? É possível fazer História Antiga no Brasil? Um professor mesmo me disse uma vez: um negro estudar História Antiga? Por que não pesquisa sobre racismo, negritude, etc.

Aluno de graduação, essas perguntas ecoavam em mim e via que não tinha muitas respostas, ou respostas minimamente convincentes a elas a não ser o fato de poder dizer que gostava muito da área que tinha escolhido. Incomodado, logo percebi que o estudo da Antiguidade possibilitava compreender melhor nossas próprias tradições culturais. Daí para a crítica às idéias de tradição, herança, legado cultural a distância não foi muito longa. Tudo isso me ajudava a pensar respostas àquelas questões sempre presentes em mim.

Encontrei no Programa de Pós-Graduação da Unicamp um grupo de pesquisadores da Antiguidade sério, preocupado com o desenvolvimento de uma História Antiga crítica, o que me possibilitava muitas reflexões teóricas em torno de minha área. Defendi meu mestrado com um trabalho no qual me propus realizar uma leitura comparada entre Ovídio e Petrónio. Nesse contexto, em um dos Seminários de Linha de Pesquisa, oferecido por Pedro Paulo Funari, professor de História Antiga do IFCH/Unicamp, tomei contato com dois textos muitíssimo interessantes: *L'archéologie française et le régime de Vichy (1940-1944)* e *Les origines de l'archéologie française*, ambos do arqueólogo francês Laurent Olivier.

Incumbido de apresentá-los e debatê-los em sala de aula, interessei-me muitíssimo pela temática de que tratavam. Davam-me muitas respostas. Estabeleci contatos com o autor. Com sua autorização e com o auxílio do prof. Funari, traduzi e publiquei esses textos no Brasil. Elaborei projeto de doutorado em torno dessa temática e estabeleci contatos com pesquisadores brasileiros e estrangeiros com temática semelhante. Traduzi posteriormente, do mesmo autor, dois outros trabalhos: *L'archéologie du 3ème Reich et la France – notes pour servir à l'étude de la "banalité du mal" en archéologie* e *Pour une archéologie du passé récent*.

A partir daí vim para a França, onde desenvolvo meu projeto sob co/orientação do prof. Olivier. Observo hoje, que há ainda aqui um silêncio muito grande em torno do Regime de Vichy, como se ele fosse um parêntese na História. Sobre sua relação com a Arqueologia e Antiguidade então, praticamente não existem trabalhos monográficos. Mas isso só não justifica meu interesse pelo tema da pesquisa. Ele me ajuda a ter bem claras as respostas àquelas perguntas iniciais. Mostra-

me que a História Antiga é, também, uma história do presente, uma história problema e não uma história ensimesmada e fechada em suas próprias fronteiras.

O fato de tratar em meu trabalho dos jogos identitários na França de Vichy sendo sul-americano e não francês é o que aqui chama mais a atenção. Os pesquisadores vêem isso com bons olhos, visto a paixão que os franceses têm pela sua própria história e a grande independência intelectual que tem a esse respeito um pesquisador que vem da *periferia*, ou seja, de fora da Europa. Fábio Hering, pesquisador brasileiro da Antiguidade na Inglaterra, disse-me uma vez a respeito dos pesquisadores brasileiros na Europa, que trabalham com temas relacionados a países europeus: *da periferia, o que não quer dizer ser intelectualmente marginal, mas independente e crítico.*

HE - Antiguidade e regimes totalitários, esta é a relação que sua pesquisa procura entender, mais especificamente no século XX com o nazismo, o fascismo e a República de Vichy. Este tipo de relação é algo comum a todos os totalitarismos ou é um fato pertinente somente ao século XX? Se sim, qual o motivo desta especificidade?

GJS - O objeto central de minhas pesquisas consiste em buscar compreender como as Antiguidades romanas e galo-romanas foram lidas e escritas na França, entre 1940 e 1944, no período que ficou conhecido como Regime de Vichy. Nesse contexto, as histórias de Roma e da Gália romanizada serviram de aporte ao regime autocrático, que as utilizou no sentido de justificar a dominação alemã na França e o colaboracionismo francês. A história da Antiguidade aí, por meio da História Antiga e da Arqueologia, teve um papel não pouco significativo nos jogos de identidade, tendo que lidar, a um só tempo, com a agressividade de uma ocupação estrangeira e com a submissão nacional, imposta pela derrota militar. Procuro inserir em minha pesquisa o caso francês em uma compreensão mais ampla, buscando compreender os usos da Antiguidade a serviço dos regimes autoritários, que certamente conheceram na Itália fascista e na Alemanha nazista sua expressão mais cruel.

Na história da Europa talvez o passado nunca tenha sido tão inventado, forjado e manipulado de forma tão escancarada como na primeira metade do século XX. À sombra do Duce e do Führer, mas também de Pétain, vislumbramos a *Cidade Eterna*, (re)construída, (re)vivida em sua glória na Itália fascista, na Alemanha nazista e na França de Vichy, claro que com suas respectivas especificidades. Se por um lado não se pode afirmar a relação entre antiguidade e regimes totalitários, da forma como os conhecemos no XX em outros períodos, por outro não se pode dizer que esses usos e abusos da história da Antiguidade não têm precedente. Os estudiosos da Antiguidade em geral tendem a encarcerar-se nas próprias *fronteiras* da disciplina, por vezes em uma narrativa positiva e ensimesmada, não observando que nenhum domínio da história se desvincula inteiramente do tempo presente. Penso que não se pode falar de Antiguidade, grega, romana, ou qualquer que seja, sem precisar, além desses adjetivos, a que antiguidade se quer referir. A respeito da Antiguidade clássica, por exemplo, melhor seria se perguntar qual Antiguidade? Aquela renascentista do XVI, que buscava no pensamento clássico seu *modelo*; aquela comparativista do XVI e XVII que, à luz da descoberta dos ameríndios se desenvolvia no estabelecimento de paralelos etnocentristas; aquela de 1789, que servia a interesses de jacobinos e girondinos; aquela do XIX, que ajudou a forjar os ideais de identidade, continuidade e comunidade dos Estados-nações; ou aquela do XX que, a serviço dos arquitetos da modernidade, homens, europeus, brancos e católicos, serviu para legitimação dos regimes autocráticos e práticas políticas império-colonialistas.

Grandes generalizações essas, mas se por um lado pretensiosas, por resumirem o pensamento sobre a Antiguidade durante séculos a raciocínios monológicos, por outro bem verossímeis, apontando sempre para uma Antiguidade guiada, imaginada, reconstruída.

HE - E atualmente, como andam os usos da história da Antiguidade e a situação atual dos estudos clássicos?

GJS - Há pouco, Martin Bernal postulou acertadamente, que a área de Estudos Clássicos é, dentre as disciplinas acadêmicas, aquela que está mais afastada do campo da política moderna e que, por conta disso, atribuiu-se a ela não apenas um espaço de destaque, como o ponto mais isolado em uma dita “torre de marfim”. Conservadora, hierárquica e patriarcal, essa área do domínio histórico continua, ainda hoje, pouco problematizada porque pouco teórica. Desde a década de 90 historiadores das mais diversas origens têm procurado se bater contra esses ranços. Na Europa, lugar onde conheceu e bem desempenhou, à sombra dos Estados Nações, mas não só, o papel de legitimação histórica da cultura europeia ocidental, a disciplina sente hoje uma espécie de agitação teórica, que a liga a problemáticas da teoria histórica contemporânea marcadamente inovadoras, malgrado ainda ressentir-se das seqüelas de um longo período a-teórico.

Parece haver uma espécie de vontade mais de compreender do que de explicar, uma vontade mesmo de romper com modelos descritivos e normativos que, ainda às portas do século XXI, assombravam e ainda assombram a disciplina. Nos países ditos do Terceiro Mundo, seus históricos de povos colonizados parecem ter imposto as duras marcas da violação colonial, manifestas na escolha dos temas e abordagens, que guardam estreitos laços com um passado onde nem sempre a passividade e a subserviência diante dos impérios coloniais foram objetos de problematização, talvez por terem sido percebidas pela historiografia como aprioristicamente já dadas.

Por outro lado, ainda que com ressalvas, em muitos desses países, como no Brasil e demais países do cone-sul, a ausência de uma certa *tradição clássica* parece ter contribuído para o desenvolvimento de uma historiografia menos comprometida com os valores nacionais, fato esse que os eximiu e exime da necessidade quase constante que os países europeus têm de justificar seu presente às expensas gloriosas de um passado clássico nem sempre glorioso e que, por isso, criado, inventado, forjado.

HE – Saindo da historiografia e voltando à sua pesquisa. O filme “A Arquitetura da Destruição” aborda também este tema, mas pela via da arte e da estética. A idéia é que a antiguidade clássica era guardiã do belo e exemplo a ser seguido. Como esta relação ocorreu na República de Vichy já que na França a estética modernista impôs-se com toda sua força? Este tipo de ideal ainda pode ser encontrado seja na França, na Itália ou na Alemanha?

GJS - O filme de Peter Cohen é um exemplo bem pertinente e ilustrativo de tudo isso; mostra como a arte-propaganda, por meio da arquitetura e da escultura, reportada ao passado clássico, serviu aos interesses da ideologia do nacional-socialismo, cujo ideal de expressão estética era personificado em Hitler. A Roma de Mussolini não é diferente. Reportando a um passado autêntico ou mítico, mas sempre glorioso, o Nazismo, assim como o Fascismo, encontrará, nas tendências colossais da arquitetura neoclássica, uma das formas mais virulentas de se afirmar. A monumentalidade e o gigantismo obsessivos da arquitetura nazista marcam o interesse do Reich de se inscrever não só na História da Europa como, também, na história do mundo, de um novo mundo, marcado por uma nova civilização.

Inspirado na Antigüidade Clássica e desejoso de mostrar para a posteridade a supremacia e excelência de seu império, Hitler orquestra a construção de uma nova Alemanha, para honra e glória de seus contemporâneos e, também, para a admiração e orgulho das gerações futuras. O Nazismo visto séculos à frente deveria dar àqueles que o olhassem, de uma longa distância temporal, a idéia da grandiosidade daqueles que o viveram; a idéia da existência de uma raça limpa, pura, civilizada. Assim como as ruínas greco-romanas evidenciavam, aos olhos do Führer, a existência gloriosa do *berço da civilização*, seu império, quiçá séculos depois em ruínas, deveria dar mostras da supremacia da civilização que nele viveu. Vale lembrar aqui a própria teoria das ruínas de Albert Speer, arquiteto e ministro do Reich. Pelo prestígio que encontrava junto à cultura europeia e pelo grande número de exemplos de fatos e situações que podia oferecer, a antigüidade greco-romana apresentava-se como excelente meio de difusão da ideologia desses regimes totalitários. Contrariamente ao que sucedeu à Itália fascista (que facilmente poderia se associar à

Roma antiga e sua idéia de império) e à Alemanha hitlerista (que reivindicava seu passado de superioridade dos povos do norte), a França de Vichy, derrotada pela Alemanha, também fez seu uso da Antigüidade, mas não para ostentar sua glória, mas, sim, para justificar sua derrota militar e seu colaboracionismo com o Reich. A estética da arquitetura e da escultura não teve, sob Vichy, o uso que conheceu na Itália e na Alemanha. O uso da antigüidade romana aqui foi outro. Como naqueles países, a história e a arqueologia do mundo antigo na França de Vichy, foram muitíssimo manipuladas; nelas embasada, a história da Gália, foi (re)escrita nesse período. Nos manuais de História desse contexto facilmente se percebe a associação da Gália e dos gauleses antes dos romanos à França e aos franceses de 1940 antes da chegada dos alemães. Essa é uma constatação evidente, assustadora e ainda por ser estudada. O papel que a Antigüidade desempenha ainda hoje na constituição das identidades nacionais européias não é de se negligenciar, muitos seriam os exemplos. Uma ilustração com vigor talvez seja a discussão em torno das heranças greco-romanas que acompanharam a elaboração do *Preâmbulo da Constituição Européia*.

HE - Quais os sinais claros, além do acima citado, da relação “antigüidade x totalitarismo”, ou seja, como ela se manifestava na vida cotidiana e na vida política do período?

GJS - Procurarei deter-me no caso francês, e procurarei evidenciar um pouco os papéis da Arqueologia e da educação nesse período. Na França de Vichy, a Arqueologia desempenhará um papel fundamental na formação das elites. Atrélada a um dispositivo de reeducação da juventude e de (re)interpretação da História do passado nacional, a disciplina é ostensivamente utilizada pelo petanismo. Aporte para o regime de Vichy, esse passado das origens nacionais (que tem por objetivo suplantar a derrota) é fortemente utilizado na escola, em um contexto em que a educação encontra-se muitíssimo ligada ao Estado. O interesse do regime na educação e na escola, por meio dos arqueólogos e historiadores não é, então, nada desinteressado. Por meio da Arqueologia e da educação, propunha-se uma re-leitura das origens. A interpretação da História e a leitura da cultura material feitas pelo regime estão marcadamente comprometidas com a justificação da colaboração com a Alemanha, no desenvolver de uma arqueologia nazista *agressivamente ideológica*.

Neste contexto, tanto os elementos da tradição textual quanto os vestígios arqueológicos da Antigüidade Clássica foram objetos de usos ideológicos, guardando sempre uma estreita relação de crítica ou legitimação para com o presente que os evocava. A reescrita da história da Gália por arqueólogos e historiadores, brevemente citada acima, é um exemplo evidente do repensar da história dos fatos contemporâneos à luz dos antigos. Esta abordagem, presa por essência a uma ideologia política de fundo revisionista do passado, própria dos regimes ditatoriais, procurará difundir a idéia de que os gauleses não foram “vencidos” pelos romanos, mas sim beneficiados pela inserção da Gália nos domínios do Império romano e que, da união destes dois povos, nasceram os franceses. Esta maneira de ver o passado traz em si uma direta ligação com o presente da França sob Vichy, uma vez que permite associar, convenientemente, o passado de gauleses e romanos ao momento histórico vivido por franceses e alemães.

Utilizado como instrumento de propaganda pelo petanismo, esse *novo* passado gaulês visa demonstrar que, da união entre vencidos e vencedores, resulta uma nova e melhor sociedade, de onde as idéias de superação e progresso são indissociáveis. Nesse sentido, a arqueologia galo-romana não só é privilegiada pelo regime como, também, manipulada e distorcida para atender a seus fins.

HE - Do ponto de vista historiográfico, como os historiadores responsáveis por esta relação trabalharam? Qual o discurso resultante e quem eram eles? Por acaso os grupos neo-nazistas, ou outro grupo de caráter eugênico, se utilizam destes estudos nos dias de hoje?

GJS - Nos domínios historiográficos, diversos trabalhos recentes têm procurado compreender o papel de historiadores e demais intelectuais ligados à História e à Arqueologia nos governos

autoritários. No Brasil mesmo, em relação ao nosso período de ditadura, essa vertente foi e tem sido muito estudada por Pedro Paulo Funari, em relação à nossa Arqueologia e nossa História. Contudo, tanto na nossa realidade quanto na europeia esses trabalhos ainda são poucos. Muitos e prestigiosos intelectuais dos domínios histórico e arqueológico colaboraram com os totalitarismos europeus e deles se beneficiaram. Em benefício da conquista do poder ou de sua manutenção nele em suas áreas, mediante cargos, cadeiras universitárias e verbas de pesquisa, não hesitaram em deformar a história, pilhar patrimônios culturais e *assassinar* a memória, tornando-se cúmplices de hediondos crimes de guerra.

Oferecendo o respaldo científico necessário para as empresas de legitimação dos regimes totalitários, corroboraram com as construções *adequadas* dos passados nacionais, nas quais breve e facilmente se encaixou, em muitos casos, a estética da pureza racial e a superioridade biológica, culminando com o racismo. Há que se considerar que a grandeza dos antigos constantemente foi justificada pela sua pureza racial. Daí para a exterminação física como solução à distância não foi muito grande. Nas palavras do eminente historiador francês Pierre Villard, *A Antigüidade revive, ao preço do sangue e do horror*.

No caso da França, a figura mais expoente a esse respeito é, indubitavelmente, Jérôme Carcopino, um dos mais notáveis romanistas do século passado. Secretário da Educação Nacional sob Vichy, é a ele, o autor do tão conhecido *La vie quotidienne à Rome à l'apogée de l'Empire*, que caberá o controle da Arqueologia. Carcopino irá dotar à disciplina todo um aparato administrativo e legislativo que terá por finalidade regulamentar as escavações arqueológicas e estabelecer normatizações para o seu funcionamento. Simpatizante de Mussolini, será ele, durante o Regime, um verdadeiro “mandarim”. Engajado e conformista esse acadêmico prestigioso passará para a posteridade com a reputação “fascista”. Tendo sido diretor da Escola Francesa de Roma, diretor da Escola Normal Superior, Reitor da Universidade de Paris, esse secretário de Estado de Vichy terá, durante o Regime, um verdadeiro status de ministro. Idólatra do Império e do poder romano, admirador dos Gracos, de César e da cultura clássica, esse *vieux Romain*, como era conhecido, será responsável pela criação da Lei de Antiguidades Nacionais e pelos serviços especializados de Arqueologia. Sob sua égide será desenvolvida toda uma legislação que terá por objetivo proteger os objetos que apresentavam um *interesse nacional*, conferindo ao Estado o poder decisão sobre as pesquisas arqueológicas, sua continuidade ou não, de acordo com os interesses em questão. Com relação à presença desse universo ideológico ainda hoje e seus usos por diferentes grupos em diferentes países europeus, ela se liga, do meu ponto de vista, às insistências dos mesmos em torno das identidades nacionais, em um contexto em que a própria ideologia dos Estados-Nação não mais se sustenta.

Uma rápida olhada para a trajetória do velho adágio francês “Nos ancêtres les gaulois” e para a figura mítica de Vercingétorix ao longo da história francesa faz calar toda e qualquer história positiva, tamanho o número de reinvenções e contradições que cercam as mesmas – da derrota francesa de 1870 ao Regime de Vichy e deste às reivindicações fascistas da ultradireita francesa, personificadas nas declarações ultrajantes de Jean-Marie Le Pen e da Juventude obtusa do Front National. Herdeiros intelectuais de Vichy, também eles irão ler, à sombra de suas propostas fascistas e xenófobas a história da Gália e dos Gauleses. Da sua Gália e de seus Gauleses, estampando em camisetas, adesivos e cartazes slogans como “*La Gaule aux Gaulois*” ou “*Gaulois et fier de l'être*”, frases tão caras a Le Pen em suas falas, bem similares à ideologia da juventude ultranacionalista do GUD - Groupe Union et Défense – Jeune Résistance - quando, a respeito de juristas e judeus irá afirmar “*Si vous ne supportez plus leur arrogance. Si vous ne supportez plus leurs mensonges et leurs calomnies. Si vraiment vous en avez marre de recevoir des leçons de la part de ces escrocs assoiffés de pouvoir... Alors faites comme Astérix: réagissez en bon Gaulois*”.

HE - Mudando de assunto. Como é morar e estudar na França? Qual a realidade do pesquisador brasileiro por aí? Tem algum interesse em continuar na Europa?

GJS - Viver longe do Brasil não é uma experiência muito fácil, significa inserir-se em uma cultura com normas e práticas que não são as nossas. Procurar compreender um pouco desses códigos

facilita bastante as coisas, sofre-se menos. A realidade de um pesquisador brasileiro aqui pode ser bem profícua se sua estada se justificar pela natureza de sua pesquisa: objeto, fontes, orientação e bibliografia. Em meu domínio, que é a História Antiga, acho extremamente interessante a possibilidade de complementar parte dos estudos em países europeus, apesar de saber das dificuldades cada vez mais constantes de se conseguir bolsas no Brasil para o exterior. Isso não desqualifica, de forma nenhuma, a excelência de nossos programas de graduação e pós-graduação no Brasil que, na grande maioria das vezes, não deixa nada a desejar em relação aos daqui. Quanto a continuar na Europa, não posso, visto ter que voltar para o Brasil defender meu doutorado e empregar-me. Mas tenho concretizada a possibilidade de retornar para fazer um pós-doutoramento.

HE - Tem alguma dica de algum lugar que os historiadores não poderiam deixar de conhecer em Paris?

GJS - Penso que não só os historiadores como todos os pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais perdem muitíssimo quando vêm a Paris e não se fazem valer das excelentes condições de pesquisa propiciadas pela Bibliothèque Nationale de France. Dos acervos documentais à bibliografia mais recente que lá se pode encontrar, passando, é claro, pelas suas confortáveis instalações. Não deixaria de recomendar os museus, principalmente o Louvre. Estendendo um pouco mais e saindo de Paris, o Palácio de Versailles.

FIM

Disponível em: <http://www.historiadoreletronico.com.br/secoes/faces/109.html>